

A AMALGAMAÇÃO DE 1914 E A GUERRA CIVIL NIGERIANA: O FARDÃO DA CULPA

Abimbola Oyarinu¹



Introdução

Alguns especialistas e acadêmicos têm identificado a amalgamação do norte e sul da Nigéria feita por Lorde Lugard como a causa remota da Guerra Civil da Nigéria. As origens dessa guerra são ligadas à amalgamação de 1914 dos protetorados do sul e do norte da Nigéria pelo governo britânico (Uche 2008, 114). O legado colonial tem sido culpado pelas crises intermitentes que tem abalado a África independente (Taylor 2018, 27). Enquanto acadêmicos como Uche (2008), Falola e Heaton (2018) e Doron (2022) tem exagerado quanto ao papel das políticas coloniais desenvolvidas na erupção da Guerra Civil da Nigéria, essas políticas coloniais não podem ser completamente exoneradas do subdesenvolvimento e dos conflitos internos na maioria dos Estados Africanos formados depois das independências. Para entender o papel das políticas coloniais na África, a Guerra civil da Nigéria será examinada para fundamentar a perspectiva de duas escolas de pensamento populares. De um lado do pêndulo — Bernhard *et al.* (2004), Roger (2002) e Thompson e Fernandes (2020) argumentam que o legado colonial britânico não é responsável pela crise e guerras civis na África. Esse grupo argumenta a favor da visão de que a África está passando por uma fase de seu desenvolvimento que, como a Europa no século 18, está vinculada a lutar guerras. A outra escola culpa as políticas britânicas pelas guerras na África. A Guerra Civil da Nigéria tem se articulado a partir do legado colonial britânico, da amalgamação de 1914, do governo indireto e da política de dividir-

1 Departamento de História e Estudos Diplomáticos, Universidade Olabisi Onabanjo. Ago-Iwoye, Nigéria. E-mail: abimbolaoyarinu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9628-8533>.

-para-reinar, apenas para mencionar algumas. Nenhum desses argumentos avançados estão totalmente corretos. Como a interpretação dos criacionistas, todo tipo de interpretação pode encontrar seus promotores.

Consideração teórica

Para esse estudo, a teoria da Economia Política Estrutural (EPE)² será adotada. A economia política é frequentemente dividida entre duas principais abordagens: uma sendo a racionalidade instrumental, que se concentra nos meios e fins das ações e escolhas racionais. A segunda abordagem delimita sobre a divisão do trabalho. Enquanto a primeira carece de limitações internas, a segunda carece de ações. A teoria da Economia Política Estrutural resolve essas falhas combinando reflexões das duas abordagens (Newmann 2016, 10).

A EPE possui duas partes interdependentes: primeiro, os modelos de divisão de trabalho, que não apenas entende as relações materiais, mas também as heurísticas de desvendar a configuração de interesses na política. Em segundo lugar, as ações econômicas dos atores são centrais para a EPE. A teoria problematiza quem são os atores relevantes e como eles visualizam seus objetivos e constrangimentos (Caporaso e Levine 1992, 172).

Por último, a EPE reconhece que condições sistêmicas para a viabilidade existem. Para a EPE, a busca de um interesse particular deve ser balanceada por um interesse sistêmico de manter a economia inteira viável. A procura insustentável de interesses limitados pode minar a saúde geral da política. Para uma saúde balanceada da política, algumas condições são cruciais: equilíbrio de interesses, restrições de recursos, estruturas institucionais, mecanismos de *feedback*, resiliência e adaptabilidade, coesão social e confiança, e por último, evitar a dependência de trajetórias (Caporaso e Levine 1992, 179).

As elites políticas nigerianas demonstram atributos contrários às condições sistêmicas para a viabilidade, como expressados nos comentários de Obafemi Awolowo; “O nome Nigéria é uma expressão geográfica e não um único país” (Kindness 2020)³. A posição dele destaca a natureza heterogênea da Nigéria, enfatizando que a amalgamação de 1914 não necessariamente criou uma nação unificada mas sim uniu territórios distintos.

2 No original: “*Theory of Structural Political Economy (SPE)*”.

3 No original: “*the name Nigeria is a geographical expression and not a single country*” (Kindness 2020).

Similarmente, Ahmadu Bello, durante um debate acalorado no Parlamento em 1953 declarou: “O erro de 1914 veio à luz e eu não gostaria de ir adiante” (Anele 2020)⁴. De acordo com Frederick Forsyth, a convicção de Bello “percorre o pensamento político do norte do final da Segunda Guerra Mundial até a independência” (Forsyth 2001, 190)⁵.

Pré-independência: implicações coloniais

O colonialismo, como um fenômeno histórico e ideológico, foi interpretado de diversas formas. Para os que foram subjugados, significou humilhação, opressão, degradação, alienação e exploração econômica (Fanon 1952, 15). Porém entre as potências coloniais, eles sentiram que muito bem havia sido feito na África e que era o “fardo do homem branco” de “civilizar” os “negros selvagens” (Ankomah 1970, 130).

Na sua pesquisa sobre a Guerra Civil da Nigéria, Kirk-Greene afirmou que

[...] ao procurar a gênese da Guerra Civil da Nigéria é possível localizá-la em uma diversidade de fontes e níveis diferentes. As origens podem, por exemplo, serem explicadas em termos de competição política, de rivalidades econômicas intra-regionais de lutas internas entre as elites” (Kirk-Greene 1975, 4)⁶.

Para Kirk-Greene, o legado colonial não representou um elemento principal na eclosão da guerra civil, mas sim as crises pós-independência que levaram à guerra. G. O. Olusanya (1980) também era otimista sobre o legado colonial britânico, um dos quais foi a criação da Nigéria. Nos seus tratados, Dudley (1982) e Olusanya (1980) desafiaram a ideia de que a população da região do Níger eram estranhos entre si antes da amalgamação de 1914, perfurando essa ideia de companheiros estranhos na construção do Estado Nigeriano. Ambos argumentam que havia uma série de contatos entre as diferentes tribos da região do Níger; portanto, a amalgamação representou

4 No original: “*The mistake of 1914 has come to light, and I should like to go no further*” (Anele 2020).

5 No original: “*runs right through northern political thinking from the end of the Second World War to independence*” (Forsyth 2001, 190).

6 No original: “[...] *in seeking the genesis of the Nigerian Civil War it is possible to locate it in a variety of different sources and levels. The origins may, for instance, be explained in terms of political competition, of inter-regional economic rivalry of elitists in-fighting*” (Kirk-Greene 1975, 4).

a finalização de um processo que já estava em andamento. Colocado de outra maneira, eles sustentam que a emergência de um Estado como o da Nigéria ocorreria mesmo sem os colonizadores. Olusanya (1980) sustenta que o surgimento de um estado como a Nigéria teria ocorrido mesmo na ausência dos colonialistas. Embora isso seja historicamente plausível, não há como contestar a existência de relações pré-coloniais. Olaniyan (2009, 522) argumentou ainda que a frequência de trocas pré-coloniais indicava que os nigerianos não eram completamente estranhos a si mesmos antes da chegada dos britânicos.

Do outro lado desse pêndulo estão historiadores, líderes e observadores que ressentem a amalgamação de 1914. Professor Tangban (2014, 379) opinou que as autoridades coloniais britânicas fingiram se importar com a união da Nigéria, já que a união não foi atingida através da amalgamação de 1914. Apesar da amalgamação, os protetorados do norte e do sul “continuaram a desenvolver por vertentes diferentes — politicamente, socialmente e economicamente” (Osaghae 1998, 32)⁷. Entretanto, Claude Ake (1981) sustenta uma perspectiva diferente da de Osaghae (1998), que responsabiliza a elite política nigeriana e o aparato colonial britânico pelos problemas enfrentados pela Nigéria pós-independência. De acordo com Ake (1996), os líderes da nação no momento da independência tiveram toda oportunidade de reverter os efeitos do colonialismo, que eram prejudiciais à democracia, ao crescimento e à união a longo-prazo. Entretanto, eles gastaram essas oportunidades porque viram o Estado como um meio para avançar suas agendas.

Sendo um Secretário Privado Parlamentar na década de 1960, Smithers (2007) reconhece que os britânicos possuíam boas intenções na criação da Nigéria. O Reino Unido pretendia criar um grande e poderoso Estado, rico em recursos de vários tipos, que seria um elemento de estabilidade em meio a numerosos pequenos Estados africanos resultantes da dissolução do Império Francês. Entretanto, Smithers admite que na superfície parecia como uma ideia razoável, mas os oficiais britânicos em cargo de acelerar a independência da África não possuíam a experiência nos problemas associados com Estados multirraciais, que haviam sido manifestados a muito tempo na URSS e na Iugoslávia. Smithers também reconhece o mal que os britânicos fizeram ao criar a Nigéria e que teria sido melhor criar Estados menores. Para adicionar a isso, Smithers sugeriu que não havia luta por independência na Nigéria ou em qualquer outra colônia na África, o que havia era a negociação por independência. Para Smithers, os Estados da Metrópole não viam qualquer

7 No original: “continued to develop along different lines — politically, socially and economically” (Osaghae 1998, 32).

razão para se manter nas colônias após a Segunda Guerra Mundial, como não era mais lucrativo. Então o Reino Unido nomeou oficiais para acelerar o processo de descolonização na África (Smithers 2007).

Legado político e econômico Britânico

Apesar de que manter os protetorados da Nigéria do norte e do sul juntos fazia sentido administrativo, não parecia fazer sentido na prática. Isso acontecia porque, enquanto havia proximidade, suas populações, costumes e crenças eram distintas. Uma das motivações primárias para a união de 1914 dos protetorados do sul e norte da Nigéria feita pelo governo colonial era de que os excedentes da Nigéria do Sul diminuíssem os subsídios enviados para a colônia da Nigéria do Norte. O Estado Nigeriano que Lugard criou teve administrações regionais fortes e um núcleo fraco por conta dos severos contrastes entre as regiões. Ao fazer isso, o norte foi protegido com êxito das influências do sul (Uche 2008, 114). A autoridade colonial britânica ainda separou a Nigéria do Sul em áreas de Leste e Oeste em 1946, e como havia sido poupado, o Norte continuou a ser a região com o maior território e população (Ameachi 2022). Por conta disso, havia um desequilíbrio, que manteve o desenvolvimento e o progresso como reféns até hoje. O vasto, intocado e subdesenvolvido norte, falhou em educar seus cidadãos, tornando-os piadas e massa de manobra para políticos retrógrados. Eles se tornaram ferramentas disponíveis nas mãos das elites políticas do norte, que têm sido a fonte de poder dos políticos do norte em detrimento do desenvolvimento do Estado Nigeriano.

Além disso, a implementação do sistema de governo indireto falhou em estabelecer uma nação unificada (Ameachi 2022). A administração local era centralizada, portanto, era fácil para os britânicos usarem sua estrutura política local para controlar a população, que é o porquê o sistema funcionou tão bem no Norte. No Oeste, o governo indireto teve algum sucesso; no Leste, falhou descaradamente. O Reino Unido propositalmente dissuadiu a construção de nações e coesão nacional (Tamuno 2009, 22).

A política educacional implementada pelo Reino Unido indica a política da estratégia de dividir-para-reinar; por exemplo, J.G.N Onyekpe argumentou que, “enquanto o sul estava exposto a educação ocidental, o norte, por uma questão de política britânica deliberada, foi protegido das influências ‘adulterantes’ da civilização ocidental” (Onyekpe 1997, 232)⁸. Além disso, a

8 No original: “while the south was exposed to western education, the north was as a matter of British deliberate policy protected from the ‘adulterating’ influences of Western civilisation” (Onyekpe 1997, 232).

política parlamentar começou no sul da Nigéria em 1922, e somente após 25 anos, em 1947, que começou no norte da Nigéria, o que ilustra de maneira sombria as táticas de dividir-para-reinar dos britânicos (Onyekpe 1997, 233). Os britânicos dominaram a nação sobre essa estrutura política, que semeou as sementes da divisão em vez da unidade.

O Decreto sobre as terras e os direitos dos indígenas de 1910⁹, que criou regulamentações diferentes para proprietários de terras no Norte e no Sul, ajudou a fazer divisões étnicas evidentes e introduzir a identidade étnica (Amaechi 2022). Como resultado dessas práticas, sulistas no norte eram separados dos locais, e essa é a razão para que em Kaduna, Plateau e Kano até hoje haja locais e colonos vivendo separadamente na maioria dos casos.

Apesar do reconhecido equívoco de 1914, os britânicos realizaram uma série de esforços para corrigi-lo, sem revertê-lo mas fazendo-o funcionar. Isso pode ser visto em várias revisões constitucionais que foram conduzidas antes de 1960. Os britânicos optaram por um sistema regional, cujos elementos foram primeiro introduzidos pela constituição de Richard de 1946 (Awasom 1998).

Na frente econômica, o legado colonial britânico criou as bases para um desequilíbrio entre o Norte e o Sul, criando também, por consequência, um ambiente de medo, desconfiança e descontentamento. Outro legado deixado pelo Reino Unido que criou uma estrutura que gradualmente gerou os recursos para uma inevitável guerra foi a fórmula de repartição de receitas. O governo colonial instaurou uma comissão chefiada por Sir Jeremy Raisman e Professor Ronald Tress para revisar a estrutura fiscal federal. A comissão alterou a derivação como um princípio de partilha entre a região em 1958/9. Ademais, a descoberta de petróleo na região Oriental marcou um ponto de virada na história da Nigéria, que junto com a alteração do princípio de derivação, levou a um aumento na luta pelas receitas nacionais ao invés de encorajar as regiões a tomarem vantagem de suas circunstâncias sociais e econômicas e desenvolverem sistemas de geração de renda apropriados. (Uche 2008, 115).

Emergência do Regionalismo

A constituição de Richard introduziu o conceito de regionalismo, dividindo a Nigéria em três regiões: Norte, Leste e Oeste, garantindo assim mais autonomia para as regiões (Akanji 2021, 39). A constituição de Richard estabeleceu uma legislatura central para o país inteiro e três casas regio-

9 No original: “*The Land and Native Rights Ordinance of 1910*”.

nais para assembleia para as três províncias. Apesar do prazo de validade da constituição estar previsto para durar nove anos, agitação política de alguns nigerianos escolarizados resultou na sua abolição apenas dois anos após sua implementação (Ekundare 1973, 45).

O governo colonial era parasitário em suas relações com suas colônias na Nigéria. Entretanto, isso mudou significativamente no período após 1945 seguindo algumas mudanças estruturais que provocaram desenvolvimento. Por exemplo, a estratégica econômica colonial britânica mudou de um *laissez-faire* clássico para desenvolvimento construtivo, criando as bases para a participação política local no início da década de 1950. A ideologia de descolonização foi responsável pela mudança na abordagem britânica em relação ao crescimento econômico da Nigéria, que começou em 1945 (Lawal 2010, 43).

A Constituição de Richard de 1946 estabeleceu três Conselhos Regionais com poderes para assessorar sobre leis que afetam suas áreas e para controlar o gasto de recursos a serem coletados ou alocados nessas áreas. Essa medida foi mais do que havia sido permitido anteriormente e era um avanço real. Pela primeira vez, os grupos de províncias eram formalmente chamados de ‘Regiões’, sob o comando de vice-governadores que viviam em Kaduna, Ibadan e Enugu (Ekundare 1973, 44).

De fato, a Constituição de Richard deu aos nigerianos pela primeira vez a oportunidade de terem voz nas leis que seriam aplicadas a eles, no dinheiro que seria gasto na região e na escolha das pessoas que iriam representá-los no Conselho Legislativo em Lagos (Niven 1961). A Constituição Macpherson de 1951, fortaleceu a autonomia regional e deu aos nigerianos uma voz maior na formulação política e na direção da atividade executiva do governo. A constituição estabeleceu governança representativa na Nigéria (Ekundare 1973, 45). Como resultado, o Grupo Ação¹⁰, o partido político da região Oeste e o ponto focal do crescimento político e econômico da região, foi formado por conta da expansão da autonomia regional da constituição. O partido aproveitou a provisão constitucional de 1951 para estabelecer a si mesmo como uma agência de desenvolvimento na região Oeste (Lloyd 1955, 697).

O fator mais crucial responsável pelo desenvolvimento nascente da região foi a preparação da classe política local para ter sucesso na missão de construção de nação. Isso era evidente nas atividades dos legisladores recém empossados depois das eleições de 1951, introduzida pela Constituição Macpherson. Eles promulgaram leis para estabelecer empresas públicas como instrumento de produção sócio-econômica de bens e serviços, mas ainda sob

10 No original: “Action Group”.

alçada da economia política colonial dos britânicos. As três Regiões existentes iniciaram um desenvolvimento liderado pelo Estado com a criação do cargo de primeiro-ministro em cada uma delas (Ugbobu 2012, 49). Corporações Financeiras Regionais posteriormente se tornaram Corporações Regionais de Desenvolvimento (Inah 2011, 74).

A necessidade de uma maior autonomia a nível regional exigia uma definição e uma delimitação mais específicas dos papéis entre o governo central e os governos regionais, o que levou à realização de duas conferências constitucionais em 1953 e 1954, em Londres e Lagos, respetivamente. Como resultado, em 1954 entrou em vigor uma nova constituição que estabelecia um sistema federal de governo. A nova federação constituía as regiões Oeste, Leste e Norte, por um lado, e estabelecia o território federal em Lagos e a zona quasi-federal do Sul dos Camarões (Ojiako 1981, 4). Após a declaração de Lyttleton de que o *status* de Lagos como sede do poder seria mantido, o primeiro-ministro da região Oeste, Obafemi Awolowo, ficou furioso com a notícia e ameaçou separar a região Oeste do resto da Nigéria (Mathews 2002, 22).

Sem dúvida, a década (1950-1959) assistiu ao estabelecimento de um governo regional em 1951 e de um governo autônomo em 1954. Na sequência da introdução da Constituição de Lyttleton, que permitiu aos políticos nigerianos uma maior participação no desenvolvimento socioeconômico das suas respectivas regiões, foi também inaugurada a era da mecanização e da agricultura científica, incluindo a implementação de uma estratégia agrícola agressiva destinada a aumentar o crescimento agrícola nas três regiões (Mathews 2002, 34).

Em 1949, quando os governos regionais começaram a ganhar mais poder, os esforços de desenvolvimento foram continuamente regionalizados. O Conselho de Desenvolvimento Local da Nigéria foi dividido em Conselhos de Desenvolvimento Regional, cada um com £1,250,000 de capital total que poderia ser emprestado às empresas nigerianas. Além disso, foram formados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento da Produção, e os Conselhos Comerciais de Produtos lhes deram o primeiro de seus £4,300,000 para financiar programas para o crescimento das indústrias produtoras, bem como para a segurança financeira e o bem-estar dos produtores. Os Conselhos de Desenvolvimento Regional e os Conselhos de Desenvolvimento de Produção (em ambos os quais havia maioria de nigerianos) eram gerenciados regionalmente (British Archive 1949a). As etapas iniciais da regionalização dos principais departamentos, a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento de Empréstimos e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento

da Produção tornaram necessário o fortalecimento dos governos regionais (British Archive 1949b).

Os conselhos de desenvolvimento foram originalmente criados para fins estritamente limitados, definidos na Portaria dos Conselhos de Desenvolvimento da Produção Regional (No. 27 de 1951). Um conselho só poderia usar seu dinheiro para esquemas que beneficiassem diretamente os produtores agrícolas que fossem apropriados para o conselho comercial de produtos (British Archive 1953).

Por exemplo, o Conselho Comercial da Região Oeste foi inaugurado em 1952, mas começou a operar em 1954, com sede em Ibadan. Era uma empresa estatutária criada como parte de uma reestruturação política que aumentou a capacidade administrativa das regiões da Nigéria. As diretorias eram responsáveis pela compra e distribuição de produtos de exportação de suas diversas regiões para transporte até os portos para venda (Tamuno 2009, 56). Em 1961, esses conselhos dominavam a economia nigeriana, respondendo por 63% dos ganhos em moeda estrangeira do país (Colonial Office 1958). O sistema de conselhos comerciais regional criou monopólios, já que os conselhos eram os únicos compradores autorizados de commodities de cacau, amendoim, palma e algodão nas décadas de 1950 e 1960. Esse sistema foi substituído em 1977. No sul da Nigéria, os conselhos expandiram sua função de estabilização, atuando como fiduciários dos agricultores, para tributar a renda dos produtores e financiar programas governamentais (Ajayi *et al.* 2017, 73).

Além disso, as exportações de óleo de palma e de amêndoa dobraram o número de 1948 de modo que em 1951 foram de 17500 toneladas e 27000 toneladas, respectivamente. Assim, o estado colonial ganhou cerca de £120,000,000 com as exportações de produtos agrícolas para o exterior em 1952. A ideia de produção de uma única mercadoria em nível regional foi um sucesso. Os ganhos com a exportação de amendoim e palma aumentaram para cerca de sete vezes as toneladas geradas antes da Segunda Guerra Mundial, e muito mais importante foi a receita do cacau, que foi cerca de oito vezes maior (Baker-Beall 1953, 10).

O exposto acima demonstra que os conselhos de marketing eram mutuamente benéficos tanto para o produtor quanto para o Estado colonial. Na realidade, a metrópole foi a que mais se beneficiou com a iniciativa, pois ela tinha como objetivo principal ajudar na recuperação econômica da Grã-Bretanha. Nas circunstâncias enfrentadas pelo governo britânico na época, não é surpreendente que ele tenha aproveitado a oportunidade de explorar

os produtores coloniais para sustentar a libra esterlina desmoronando e a economia imperial (Ejamah 2014).

Outra visão dos conselhos comerciais sustenta que as economias coloniais estavam enraizadas na exploração de bens exportáveis, sem infraestruturas internas projetadas para fins de transformação, tornando o continente profundamente vulnerável aos caprichos da economia global. Assim, a necessidade de apoio de um conselho comercial (Ajayi *et al.* 2017, 75).

Independentemente da forma como as diretorias eram vistas, o Ministério das Colônias apresentou suas razões para seguir essa política e duas justificativas foram apresentadas. A primeira alegava que um sistema de comercialização regulamentado, no qual o governo definia os preços das safras para cada estação e licenciava os compradores para proteger os agricultores contra abusos, seria vantajoso para os produtores. Em segundo lugar, os conselhos utilizavam seus fundos para se proteger contra a volatilidade de preços de curto e médio prazo no mercado global. Os orçamentos também foram reservados para outros objetivos de benefício geral para agricultores e industriais, como financiamento de pesquisas, erradicação de doenças e reabilitação de árvores não saudáveis (Ajayi *et al.* 2017, 75).

Quando as regiões transferiram o poder para os governos regionais, os conselhos comerciais foram reconstituídos e se tornaram as principais fontes de financiamento para os gastos com desenvolvimento do governo. A queda nos preços dos produtos exportados a partir de 1955 levou a um corte no lucro dos conselhos comerciais e, inadvertidamente, diminuiu o fluxo de caixa do governo regional (Badia-Miró *et al.* 2015, 35). A região Oeste conseguiu enfrentar a tempestade e embarcou em uma série de projetos de desenvolvimento na época. As regiões Norte e Leste foram afetadas negativamente e o governo do Conselho Nacional da Nigéria e dos Camarões (em inglês, NCNC), no Leste, teve de interromper seu programa de educação gratuita, que a região Oeste buscou com notável sucesso (Oyarinu 2020, 63).

O Conselho estava envolvido no desenvolvimento agrícola/agro-alariado e industrial das regiões. O cacau, a borracha, a noz de cola e o óleo de palma eram os principais produtos agrícolas do oeste. O cacau e a noz de cola eram cultivados em Yoruba, no oeste; o óleo de palma, no meio-oeste. No aspecto da industrialização, a organização colaborou com empresas multinacionais como UAC Group, UTC e AG Leventis, que se envolveram em indústrias de manufatura básica (Oyarinu 2020, 63).

O Parque Industrial de Ikeja foi criado no início da década de 1950 e Oba Akran, Ikeja e Lagos eram o centro nervoso dessa instalação industrial. O governo também tinha ações nessas empresas que variavam de 30% a

40% e, às vezes, 45%, permitindo assim que os expatriados tivessem uma pequena maioria. Em alguns casos, o governo monetizou terras como sua contribuição de capital (Oyarinu 2020, 64).

As diretorias regionais estavam preparadas para garantir o rápido desenvolvimento da região e conseguiram isso por meio da colaboração com bancos locais. Foram concedidos empréstimos para fomentar o desenvolvimento do capital privado e promover o empreendedorismo, já que os bancos concediam empréstimos a uma taxa de juros favorável. As corporações financeiras regionais foram criadas a partir dos conselhos de desenvolvimento regional em 1956, com o mandato principal de conceder empréstimos e realizar investimentos de capital em projetos industriais, silvicultura/serrarias, instalações de rádio/recreação e projetos comunitários (especialmente extensões de mercado). Uma grande parte dos fundos disponíveis para o conselho foi gasta no desenvolvimento do transporte, principalmente no transporte de passageiros por ônibus (Falola 1987, 124). No início da década de 1950, um grupo de moradores e empresários inteligentes e industriais de Ado-Ekiti tomou a decisão de pedir um empréstimo para lançar o Ekiti Youth Transport Service, uma empresa de transporte com escritório localizado na King's Market Square, 32, em Ado-Ekiti. Por meio do Diretor do Distrito de Ekiti, o pedido de empréstimo foi enviado ao Secretário do Conselho de Desenvolvimento Regional Ocidental em Ibadan (Falola 1987, 124).

Má administração pós-independência

A base para as tensões sociais que precederam a guerra civil foi estabelecida no ambiente de medo e incerteza criado pela política de etnia, a política britânica de dividir-para-reinar. Muitas pessoas acreditam que houve muitas anomalias no censo geral de 1962, e a região Leste rejeitou os resultados. Mesmo após o segundo censo de 1963, foram expressas dúvidas significativas sobre os resultados. Nesse meio tempo, as pessoas que viviam na região do Cinturão Médio do Norte tornaram-se extremamente ressentidas com o controle do NPC (Congresso dos Povos do Norte)¹¹. Os Tiv, uma tribo proeminente no Cinturão Médio, envolveram-se em tumultos generalizados de 1962 a 1965 (Kirk-Greene 1975).

Em 1963, o tamanho da região Oeste foi reduzido em consequência da criação da região Centro-Oeste (Ekundare 1973). Além disso, a região era homogênea, pois outros elementos não iorubás foram incorporados à

¹¹ No original: “*Northern Peoples Congress*”.

recém-criada Região Centro-Oeste. A região Oeste era politicamente ativa na Primeira República. É indiscutível que os congestionamentos políticos na região durante a Primeira República remodelaram a estrutura política da Nigéria de tal forma que fecundaram as crises que levaram ao fim da Primeira República. Deve-se observar, entretanto, que a região oeste contribuiu imensamente para a conquista da independência da Nigéria. Sob a liderança de Obafemi Awolowo, o Grupo Ação exigiu o fim imediato do domínio britânico na Nigéria. Awolowo conquistou o desenvolvimento por meio da promoção e criação de várias iniciativas de bem-estar público, como a expansão do acesso à educação primária para todas as crianças, a melhoria da assistência médica nas áreas rurais, a ampliação da base econômica da Região Oeste e a democratização da administração local (Ojiako 1981).

A maior crise de todas se materializou com a eleição geral de 1964. Foi dito que a eleição carecia de justiça e liberdade (Diamond 1988). Até mesmo o presidente da Comissão Eleitoral reconheceu a existência de anomalias verificáveis. Em vista dessas acusações, o presidente Dr. Nnamdi Azikiwe se recusou a nomear um primeiro-ministro. Tanto o presidente quanto *Sir* Abubakar Tafawa Balewa, o primeiro-ministro, estavam solicitando a ajuda das forças armadas. Essa foi a primeira incursão das forças armadas na política. O país aguardava ansiosamente o anúncio do presidente de que *Sir* Abubakar Tafawa Balewa, o atual primeiro-ministro, lideraria um governo de base ampla por quatro dias. A eleição de 1965 na região oeste não foi comparável. Foi dito que a manipulação e as anomalias da eleição foram mais flagrantes e revoltantes. A lei e a ordem foram completamente quebradas, levando a um estado quase completo de anarquia. Os partidos políticos teriam contratado um exército particular de capangas, que saíram em debandada, queimando e matando com um abandono imprudente. Isso criou um ambiente de medo, pois as pessoas temiam por suas vidas e propriedades (Kirk-Greene 1975).

Seguindo o golpe de 15 de janeiro de 1966, “como causa imediata, pode-se afirmar que a explosão daquele dia poderia ser rastreada ao longo do rastro de pólvora até o pavio aceso na época da eleição da região oeste em outubro de 1965” (Madiebo 1980)¹². O objetivo dos golpistas era estabelecer uma nação livre de corrupção, forte, unificada e desenvolvida (Osaghae 2018). Uma mudança no cenário político ocorreu como resultado do golpe mal orientado e mal aconselhado. Com exceção de uma figura política e um oficial sênior do Exército do Centro-Oeste e do Leste, respectivamente, todos

¹²No original: “as an immediate cause, it might be claimed that the explosion of that day could be traced back along the powder trail to the fuse lit at the time of the Western Region election of October 1965” (Madiebo 1980).

os políticos e oficiais militares sênior mortos eram das regiões Norte e Oeste (Madiebo 1980).

O golpe acelerou o colapso da Nigéria. Desde a independência até janeiro de 1966, o país estava em uma séria turbulência, mas o golpe gerou uma situação ainda maior. Como a maioria dos golpistas era do leste, os nortistas perceberam o golpe como uma tentativa calculada dos Igbos de dominá-los. Ironsi não demonstrou sensibilidade para com o Norte quando apresentou suas políticas, sendo a mais desdenhosa o Decreto de Unificação - Decreto 34 (Oshigbo e Oshigbo 2019, 72).

A abordagem de “esperar para ver” adotada em alguns setores do norte rapidamente se transformou em raiva, culminando nos distúrbios de maio de 1966 no norte, durante os quais a maioria dos orientais que viviam lá foram caçados, levando a um *pogrom* (Oguh, n.d). Consequentemente, os militares de origem nortista lançaram um contragolpe seis meses após o primeiro golpe, com a intenção, primeiro, de se vingar e, segundo, de se separar. Entretanto, seguindo o conselho de alguns diplomatas estrangeiros e nigerianos poderosos, a secessão foi arquivada. O major-general Aguiyi Ironsi, chefe de estado, e vários outros oficiais de alto escalão de ascendência oriental foram assassinados. Após um período de três dias marcado por ansiedade, incerteza e falta de uma autoridade centralizada, o tenente-coronel Yakubu Gowon — o oficial de mais alta patente descendente do norte e chefe do Estado-Maior do Exército nigeriano na época — emergiu como o novo líder político da Nigéria (Siollun, n.d). A falta de organização e as intenções maldosas do segundo golpe ficaram evidentes no tumulto, na desordem e nas execuções generalizadas de orientais em todo o país. Como resultado, os autores do golpe não conseguiram conter a anarquia geral, o caos e os saques e assassinatos desenfreados que varreram o norte a partir de 29 de setembro de 1966 (Atofarati 1992, 23).

Em 1967, o regionalismo foi abolido. O objetivo era evitar a eclosão da Guerra Civil Nigeriana. Quando o General Yakubu Gowon tornou-se o Chefe de Estado da Nigéria, após o contragolpe de 29 de julho de 1966, a criação de estados tornou-se politicamente conveniente. Embora os debates sobre a criação de mais estados tenham se intensificado durante a primeira parte do governo de Gowon, porque ele voltou ao sistema federal de governo que seu antecessor, Aguiyi-Ironsi, havia abolido, a tensão política naquele período se tornou um grande propulsor. No entanto, o momento da criação desses estados foi apropriado porque conseguiu enfraquecer as tendências secessionistas que quase desintegraram o país. Em maio de 1967, Gowon usou a estratégia de criação de estados para enfraquecer a influência e a

autoridade de Ojukwu na região Leste. Ele conseguiu obter o apoio de outros grupos minoritários na Nigéria (Oyarinu 2020, 74).

Após a guerra, que foi declarada sem vencedor, sem derrota, o governo militar liderado pelo General Gowon iniciou os 3Rs (Reconciliação, Reconstrução e Reabilitação) para consertar a destruição causada pela guerra e reintegrar a facção beligerante na Nigéria. Ironicamente, a maioria dos projetos de reconstrução foram realizados em áreas onde não ocorreram combates físicos (Mbara e Gopal 2021). Isso aponta para o ódio e a desconfiança mútuos de um grupo contra o outro, e o poder é visto como uma via para aplicar negligência e injustiça injustificáveis contra outros grupos em uma entidade geográfica.

Conclusão

É evidente que, enquanto os nigerianos continuarem fugindo das questões fundamentais que moldam seus destinos coletivos, a amalgamação de 1914 continuará a parecer um erro, um erro que os britânicos parecem ter corrigido, pois a Nigéria já havia sido colocada no caminho do desenvolvimento antes de 1960. As perguntas “os nigerianos querem estar juntos?”, “por que estão juntos?” e “como devem viver juntos?” precisam ser debatidas para formalizar os termos de engajamento. O desenvolvimento político, econômico e social da Nigéria seguiu a trajetória traçada para ela desde os dias coloniais. As heranças coloniais britânicas não foram totalmente negativas. As políticas coloniais britânicas criaram uma plataforma que tornou a guerra inevitável. Enquanto Estados como Ruanda usaram a experiência de sua guerra civil como trampolim para o desenvolvimento, a Nigéria tem lutado para se livrar das consequências negativas da guerra, cujas implicações ainda ameaçam a fundação do Estado nigeriano.

Em suma, é claro que, embora os britânicos tenham criado a base para o surgimento da Guerra Civil Nigeriana devido à amalgamação de 1914, os britânicos não devem carregar a maior parte da culpa pela guerra. A classe política nigeriana na independência deve ser responsabilizada por como geriu o país a partir de 1960. A imprudência da elite política e militar de primeira geração na Nigéria permaneceu como uma marca indelével que tem travado o progresso até hoje.

A elite política da Nigéria da primeira república operava com os princípios realistas de soma zero, interesse próprio (nesse caso, interesse étnico) e poder. O Estado nigeriano era sua própria arena internacional. Eles

aplicavam os mesmos princípios como se estivessem fazendo política internacional. A arrogância do poder estava no centro de todas as relações entre eles e ninguém se preocupava com o Estado porque a ideia de patriotismo estava relacionada à consciência étnica e não ao Estado.

REFERÊNCIAS

- Ajayi, Adeyinka Theresa, Ajibade, Idowu Samuel and Oladiti Abiodun Akeem. 2017. "Produce Buying and Marketing Boards in Nigeria: Interrogating the Fiscal Role of Western Nigeria Marketing Board 1942-1962." *European Journal of Management and Marketing Studies* 2, no. 3. 61-85.
- Akanji, Olajide. 2021. "Nigeria Between 1914 and 1960: Political-Constitutional Changes and Crises in an Era of Colonialism." Em *Nigerian Politics: Advances in African Economic, Social and Political Development*, editado por Rotimi Ajayi, e Joseph Yinka Fashagba, 37-53. Cham: Springer.
- Ake, Claude. 1981. *A Political Economy of Africa*. Essex: Longman.
- Ake, Claude. 1996. *Democracy and Development in Africa*. Washington DC: Brookings Institution.
- Amaechi, Wordshots. 2022. "Nigeria, Death of Queen Elizabeth II and the Verdict of History." *Wordshots*, 12 de setembro de 2022.
- Anele, Douglas. 2020. "Was the Amalgamation of Northern and Southern Nigeria a Mistake?" *Vanguard*, 19 de julho. <https://www.vanguardngr.com/2020/07/was-the-amalgamation-of-northern-and-southern-nigeria-in-1914-a-mistake-1/>.
- Ankomah, Kofi. 1970. "The Colonial Legacy and African Unrest." *Science & Society* 34, no. 2. 129-145.
- Atofarati, A. Abubakar. 1992. *The Nigerian Civil War: Causes, Strategies and Lessons Learnt*. Quantico: Marine Corps University Command and Staff College.
- Awasom, N. F. 1998. "Colonial Background to the Development of Autonomist Tendencies in Anglophone Cameroon, 1946-1961." *Journal of Third World Studies* 15, no. 1, 163-183. <http://www.jstor.org/stable/45197789>.
- Badia-Miró, Marc, Pinilla, Vincente e Willebald, Henry. 2015. *Natural Resources and Economic Growth: Learning from History*. Londres: Routledge.
- Baker-Beall, R. W. C. 1953. *Our Economy*, Crowbird Series, no. 26, National Archive Ibadan.
- Bernhard, Michael, Christopher Reenock and Timothy Nordstrom. 2004. "The Legacy of Western Overseas Colonialism on Democratic Survival." *International Studies Quarterly* 48, no. 1. 225-250.

- British Archive. 1949a. CO 583/299/2, [Local Government Reform]: Despatch No. 27 from H M Foot to Mr Creech Jones on the Progress of Local Government Reform, no. 8, 28 de junho de 1949.
- British Archive. 1949b. CO 859/131/2, [Mass Education]: Despatch no 78 from H M Foot to Mr Creech Jones on the Relationship between the Constitutional Review and Schemes for Community Development, no. 9, 8 de junho de 1949.
- British Archive. 1953. CO 554/366, [Marketing Boards]: note by E Sabben-Clare on the Politicisation of the Regional Production Development Boards, no. 19, 16 de março de 1953.
- Caporaso, A. James e Levine, P. David. 1992. "Power-centered Approaches to Political Economy". Em *Theories of Political Economy*, 159–180. Cambridge: Cambridge University Press.
- Colonial Office. 1958. *Colonial Office Report on Nigeria 1954*. Londres: Her Majesty's Stationery Office.
- Diamond, L. 1988. "The 1964 Federal Election Crisis. In: Class, Ethnicity and Democracy in Nigeria". Londres: Palgrave Macmillan.
- Doron, Roy. 2022. "The Nigerian Civil War and Its Legacies." Em *The Oxford Handbook of Nigerian History*, editado por Toyin Falola, e Matthew Heaton, 399–420. Oxford: Oxford Academic.
- Dudley, J. Billy. 1982. *An Introduction to Nigerian Government and Politics*. Londres: Macmillan.
- Ejamah, Vincent. 2014. "A History of Agbonmagbe (WEMA) Bank 1945-1972". MA Thesis, Universidade Ahmadu Bello.
- Ekundare, R. Olufemi. 1973. *An Economic History of Nigeria 1860–1960*. Londres: Methuen.
- Falola, Toyin. 1987. *Britain and Nigeria: Exploitation or Development?* Londres: Zed Books Ltd.
- Falola, Toyin, e Heaton, Matthew. 2018. "Colonial Rule." Em *The Oxford Handbook of Nigerian Politics*, editado por Carl Levan e Patrick Ukata, 76-88. Oxford: Oxford Academic.
- Fanon, Frantz. 1952. *Black Skin, White Masks*. Londres: MacGibbon.
- Forsyth, Fredrick. 2001. *The Biafra Story: The Making of an African Legend*. Londres: Leo Cooper.
- Inah, H. I. 2011. "An Evaluation of Sources of Finance for Small Scale Entrepreneurship Development in Kogi and Benue States of Nigeria." MSc. Universidade da Nigéria.
- Kindness, Olatunde. 2020. "[Explained] Amalgamation of Nigeria in 1914 by Lord Lugard." Oasdom, 31 de maio de 2020. <https://www.oasdom.com/amalgamation-nigeria-1914-lord-lugard/>.

- Kirk-Greene, A. H. M. 1975. "The Genesis of the Nigerian Civil War and the Theory of Fear." *The Scandinavian Institute of African Studies*, Research Report No. 27.
- Lawal, A. Olakunle. 2010. "From Colonial Reforms to Decolonisation: Britain and the Transfer of Power in Nigeria, 1947-1960." *Journal of Historical Society of Nigeria*, vol. 19, no. 1. 39-62.
- Lloyd, Peter. 1955. "The Development of Political Parties in Western Nigeria". *American Political Science Review* 49, no. 3. 693-707.
- Madiebo, Alexander. 1980. *The Nigerian Revolution and the Biafran War*. Enugu: Fourth Dimensions Publishers.
- Mathews, Martin. 2002. *Nigeria: Current Issues and Historical Background*. Lagos: Nova Science Publishers Inc.
- Siollun, Max. n.d. "The Northern Counter-coup of 1966: The Full Story." *Dawodu.com*. <https://dawodu.com/articles/the-northern-counter-coup-of-1966-the-full-story-1120>).
- Mbara, George, e Gopal, Nirmala. 2021. "Peacebuilding Trajectories in Post-conflict African States: A Re-examination of the "3Rs" in Post Nigeria- Biafra War." *African Journal of Peace and Conflict Studies* 10, no. 1. 9-32.
- Newmann, W. William. 2016. "A Brief Introduction to Theories of International Political Economy." *Genocide Studies International* 10, no. 1. 7-26. <https://www.jstor.org/stable/26986034>.
- Roger, Ngwang. 2022. "Colonial Legacies and (In)security in Africa: A Cameroonian Civil War Perspective." *American Journal of International Relations* 7, no. 1. 47-59.
- Niven, C. Rex. 1961. *How Nigeria is Governed*. Londres: Longman.
- Oguh, Victor. "The Nigeria Civil War." https://www.academia.edu/18775507/The_Nigeria_Civil_War.
- Ojiako, James. 1981. *Nigeria: Yesterday, Today, and?* Lagos: Africana Educational Publishers Ltd.
- Olaniyan, Azeez. 2009. "From Accommodation to Discrimination and Exclusion: The Changing Pattern of Inter-group Relations in Nigeria." *African Journal of Political Science and International Relations* 3, no. 11. 521-525.
- Olusanya, G. O. 1980. "The Nationalist Movements in Nigeria." Em *Groundwork of Nigerian History*, editado por Obaro Ikime, Ibadan: Heinemann Educational Publishers.
- Onyekpe, J. G. N. 1997. "Western Influence on Nigeria in the Era of New Imperialism." Em *Nigerian Peoples and Culture*, editado por Akinjide Osuntokun e Ayodeji Olukoju, 220-245. Ibadan: Davidson Press.
- Osaghae, E. Eghosa. 1998. *Nigeria Since Independence: Cripple Giant*. Londres: C. Hurst & Co. Publishers.

- Osaghae, E. Eghosa. 2018. "The Long Shadow of Nigeria's Military Epochs, 1966–79 and 1983–99." Em *The Oxford Handbook of Nigerian Politics*, editado por Carl Levan, e Patrick Ukata, 171-188. Oxford: Oxford Handbooks.
- Oshigbo, O. Taiwo e Oshigbo, O. Kehinde. 2019. "Nigeria: Nigerian Veterans: Nationalists or Villains?" Em *Military Past, Civilian Present. International Perspectives on Social Policy, Administration, and Practice*, editado por Paul Taylor, Emma Murray e Katherine Albertson, 71-85. Cham: Springer.
- Oyarinu, A. 2020. "Odu'a Investment Company Limited, 1949-2016: A Study of the Politics and Relevance of Public Enterprises in Nigeria." PhD diss., Universidade de Lagos.
- Smithers, Peter. 2007. "The Mistake We Made in the Creation of Nigeria." *The Guardian*, 8 de abril de 2007.
- Tamuno, Tekena. 2009. *Stakeholders at War in Nigeria: From Lord Lugard to President Goodluck Jonathan*. Ibadan: Spectrum Books.
- Tangban, Ojong. 2014. "History and the Quest for Unity in Nigeria." *International Journal of Social Science and Humanity* 4, no. 5. 378-381.
- Taylor, Ian. 2018. "The Transfer of Power and the Colonial Legacy." Em *African Politics: A Very Short Introduction*, edited by Ian Taylor, 25-38. Oxford: Oxford Academic.
- Thompson, Onah e Fernandes, Titiksha. 2020. "Counting Lives: Colonial Institutions and Africa's Prevailing Conflicts". Em *The Palgrave Handbook of African Political Economy*, editado por Samuel Ojo Oloruntoba e Toyin Falola, 877-890. Cham: Palgrave Macmillan.
- Uche, Chibuike. 2008. "Oil, British Interests and the Nigerian Civil War." *Journal of African History* 49, no. 1. 111-135
- Ugbogu, M. C. 2012. "The Management of Public Enterprises in the Western Region of Nigeria 1946-1966." PhD diss., Universidade de Ibadan.

RESUMO

Diante dos desafios assustadores que o Estado nigeriano enfrenta, em termos de agitação civil, pobreza, subdesenvolvimento, terrorismo, militância etc., há evidências mais do que suficientes para mostrar que a base desses problemas foi lançada muito antes da independência da Nigéria. Isso talvez lance uma luz imensa sobre a origem e a complexidade do problema nigeriano. No entanto, a classe dominante tem repugnância em abrir a caixa de Pandora para não dividir um país que já está dividido. O estudo adota a teoria da economia política estrutural para entender o papel das elites políticas britânica e nigeriana na formação do destino da Nigéria. Usando a eventualidade da Guerra Civil da Nigéria e recorrendo ao método analítico histórico da pesquisa qualitativa, este artigo traça a origem do problema da Nigéria até o pronunciamento britânico de 1914. Além disso, argumenta que, se as questões

de nossa união como nação não forem tratadas, haverá mais conflitos internos, corrupção e subdesenvolvimento na Nigéria.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra civil. Amalgamação. Colonialismo. Regionalismo. Economia política.

Recebido em 30 de julho de 2024

Aceito em 01 de agosto de 2024¹³

Traduzido por Augusto Camatti

¹³ Como citar: Oyarinu, Abimbola. 2024. “A amalgamação de 1914 e a Guerra Civil Nigeriana: o fardo da culpa”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 104-122. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.140618>.